

A Futura Universidade Diplomática da América Latina

Reportagem de MARIA VESENTINI

No Itamarati o futuro centro de estudos internacionais — O Instituto Rio-Branco foi uma das mais oportunas realizações do Presidente Getúlio Vargas — Uma escola de preparação à Carreira de Diplomata surge, pela primeira vez, no continente sul-americano — Será organizado um curso geral de diplomacia, economia internacional e pan-americanismo, para “bolsistas” latino-americanos — No Senado há uma emenda de autoria do Senador Mozart Lago para o retorno das mulheres à carreira diplomática.

O MOVIMENTO revolucionário de 1930 não delineou apenas as linhas mestras de uma nova era para a nação brasileira, mas erigiu-lhe o arcabouço sobre alicerces estáveis, deixando, à posteridade, a conclusão de seus últimos motivos arquitetônicos. Quando os dirigentes daquela reivindicadora reação nacional puderam orientar os destinos do país, traziam longas e amadurecidas experiências políticas, profundo conhecimento das realidades nacionais e um amplo e clarividente plano administrativo.

Podemos comparar o Governo de 1930 a um obstinado e sagaz estudante de botânica que, ao percorrer a acidentada e quase intransponível topografia de uma floresta tropical, antes de quedar-se perplexo ou desorientado com a infinita gradação das espécies vegetais, se detinha sempre no conjunto, na perfeita e harmoniosa síntese do todo, sem contudo ignorar-lhe os detalhes. Daí, o êxito em todos os seus empreendimentos.

Esse Governo tomou imediatas e radicais medidas, que aparelhassem o país para um futuro de imprevisíveis e tumultuosos acontecimentos. Os problemas nacionais foram atendidos, simultaneamente, com os de nossa política externa, que se submeteu a uma dinâmica e oportuna renovação, pois não seria com uma estática mentalidade diplomática que o país aprenderia os grandes e complexos problemas desta turbulenta era de transição.

Como não existe mais um único país que possa isolar-se do mundo, não há também mais problemas nacionais que não se repercutam no seio de toda a humanidade. Portanto, o Governo de 1930 aspirava a uma elite de modernos diplomatas, que pudessem servir ao Brasil com uma

política externa caracteristicamente brasileira, mas harmoniosamente solidária com os elevados ideais de democracia, de liberdade e de paz, que constituem a razão de viver da maioria de todos os povos da Terra, sobretudo da grande e nobre família americana.

Os dirigentes do Itamarati, depois de prolongadas e minuciosas observações, chegaram à convicção de que o concurso de provas, processo usado até então para a seleção dos candidatos à Carreira de Diplomata, apesar dos resultados satisfatórios dele colhidos, ainda apresentava falhas que deviam ser sanadas pelos exames vestibulares e por dois anos de um curso regular, chamado de Preparação a essa Carreira. Para que o Ministério das Relações Exteriores pudesse contar com futuros diplomatas, que apresentassem uma cultura tão homogênea quanto possível e pelo menos uma relativa uniformidade na ética profissional, foi então criado o Instituto Rio-Branco, com o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Ao refundir a nossa diplomacia, o Itamarati não teve, porém, o objetivo de excluir da Carreira o “clássico diplomata” ou de alterar-lhe os traços predominantes da personalidade, mesmo porque esta jamais poderá ser mutilada ou destruída. Faz parte da ordem natural da vida, como o dia e a noite, o bem e o mal, a diversidade das raças ou as competições profissionais. Ele nasce, como o poeta, o artista e o gênio.

Mas como o poeta sente e exprime a sua época, o diplomata deve também apreender e adaptar-se ao seu tempo. Entretanto, se existe a poesia inculta, sincera e espontânea, que nasce da alma popular, no setor diplomático isso é inadmissível. A diplomacia requer uma árdua e permanente orientação psicológica e cultural, como os virtuosos do piano se submetem a diários e ingentes exercícios do teclado. No Brasil, esse virtuosismo diplomático será atualmente adquirido ou aperfeiçoado no Instituto Rio-Branco.

Se voltarmos ao passado e nos detivermos na irônica e satírica literatura de Eça de Queiroz, nela encontraremos o “diplomata muito em moda”, da época. Quando designado para um posto no exterior, principalmente na Inglaterra ou na cavalheiresca Espanha, ele submetia-se, por iniciativa própria, a complicados e exaustivos rituais de salão. Depois da ceia, esse herói anônimo tomava uma cadeira e, sob o olhar aparentemente apático do mordomo da família executava, com ela, os últi-



O Ministro João Neves da Fontoura expõe, à repórter da "Revista do Serviço Público", os planos que tornarão o Instituto Rio-Branco uma pequena universidade diplomática sul-americana

mos passos de dança, que o alto mundo estava sempre a renovar, para eterno suplício de alguns pacatos agentes da diplomacia. Ou então, defronte do antigo espelho do aparador perscrutava, ansioso e desconfiado, seus gestos elegantes e hábeis, ao cortar um bife ou levar aos lábios nervosos e descorados, um oportuno e reconfortante cálice de vinho.

Pois êsse diplomata continua a existir, não com aquela afetação da época do implacável escritor português, mas moldado dentro dos atuais e esportivos princípios de urbanidade.

Eça de Queiroz recusou-se a declarar a seus leitores que os diplomatas interpretavam o seu tempo e que, como o camaleão, envergavam indumentárias próprias de cada clima. Recusou-se a demonstrar-lhes que, sob aquela requintada e superficial afetação mundana, ocultavam-se, muitas vêzes, ao lado de uma profunda cultura e penetrante inteligência, a astúcia, a sagacidade, o espírito prático e a proverbial paciência, que caracterizam os enviados internacionais de tôdas as épocas.

O Instituto Rio-Branco cultivará o homem bem educado de todos os tempos. Para isso, além de uma professôra de boas maneiras, os alunos mantêm palestras semanais sôbre problemas de convívio, desajustamentos sociais, relações com chefes e colegas, e padrões éticos indispensáveis ao ambiente profissional.

O Itamarati assumiu a grave e pesada responsabilidade de evitar uma diplomacia ineficaz e improvisada. No panorama internacional de nossos dias, êle não poderia enviar delegações ao estrangeiro antes de aparelhá-las convenientemente, como também lhe seria impossível admitir diplomatas que não estivessem realmente integrados em tôdas as realidades do país. Cabe-lhe, portanto, formar diplomatas que, encouraçados por uma rígida disciplina cultural e profissional, se adaptem a qualquer clima e sintam-se absolutamente seguros de si mesmos, em qualquer circunstância.

Falando à nossa reportagem, o atual Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, declarou:

Hoje, a função de quem se poderia chamar o "perfeito diplomata" é muito ampla, pois além dos predicados pessoais, que são inerentes ao homem bem educado, deve abranger todos os aspectos da atividade política, econômica e cultural do país onde êle fôr acreditado, bem como um conhecimento profundo dos problemas do seu próprio país.

UM POUCO DE HISTÓRIA

O Instituto Rio-Branco foi criado em 1945, por ocasião das comemorações do primeiro centenário do nascimento do Barão do Rio-Branco. Surgindo, no Itamarati, uma Escola de preparação e aperfeiçoamento de diplomatas, como é o Instituto, nada mais natural que se lhe desse a denominação de "Rio-Branco", como justa homena-

gem à memória desse grande integrador de nossas fronteiras.

Essa iniciativa partiu, exclusivamente, do Ministério das Relações Exteriores e, embora tenha nascido vitoriosa, é uma experiência resultante de várias etapas.

Em 28 de junho de 1934, com o Decreto n.º 24.486, o Presidente Getúlio Vargas instituiu, na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, um Curso de Aperfeiçoamento para os funcionários dos serviços diplomático e consular. Era a primeira instituição desse gênero, no Brasil. Entretanto, só com o Decreto-lei n.º 7.473, de 18 de abril de 1945, sancionado pelo Presidente Getúlio Vargas e referendado pelo Embaixador José Roberto de Macedo Soares, como Ministro interino das Relações Exteriores, é lançada a pedra fundamental do moderno Instituto Rio-Branco.

Até 1946, o Instituto era, principalmente, um centro de pesquisas e sistematização de dados históricos, aliado aos cursos para ingresso na carreira de Diplomata e ao aperfeiçoamento e especialização dos funcionários do Itamarati. Em 6 de março de 1946, com o Decreto-lei n.º 9.032, o Ministro João Neves da Fontoura, com a colaboração do Embaixador Hildebrando Acióli deu, ao Instituto, sua estrutura atual, como também a denominação "Rio-Branco".

Na administração do Embaixador Hildebrando Acióli (20 de dezembro de 1945 a 13 de janeiro de 1947 e seu primeiro Diretor), foram elaborados o Regulamento do Instituto e seu primeiro Regimento, como também organizados os primeiros exames vestibulares do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Seu segundo Diretor, Ministro Hélio Lôbo (13 de janeiro de 1947 a 22 de abril de 1947) instituiu as bolsas de estudo, que vieram favorecer os alunos residentes no interior do país.

Na gestão do Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva (o terceiro Diretor desde 22 de abril de 1947 até hoje), delinearam-se e, por fim, estabeleceram-se os programas para os exames vestibulares, cujo nível se elevou de colegial para universitário. As atividades do Instituto se foram normalizando e estruturando, surgindo as novas linhas, que lhe deram a presente feição.

ORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO RIO-BRANCO

O Instituto Rio-Branco faz parte integrante do Itamarati e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

Seu Diretor é nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado,



O Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, Diretor do Instituto Rio-Branco foi, realmente, quem consolidou a primeira Escola para Diplomatas, na América Latina



O Conselheiro Beata Vettori, atual Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco

dentre os diplomatas da categoria de Ministro de 1.^a Classe, ou seja, Embaixador.

O Instituto compõe-se de Cursos e Secretaria, aqueles divididos em Preparação à Carreira de Diplomata, de Aperfeiçoamento de Diplomatas, de Extensão e Especiais e essa, em três seções, a saber: de Administração, Técnico-Pedagógica e de Pesquisas e Publicações.

A Secretaria tem um Chefe designado pelo Ministro de Estado, dentre os diplomatas das Categorias de Ministro de 2.^a e de Primeiro Secretário ou Cônsul de 1.^a Classe.

Os Chefes das Seções de Administração e de Pesquisas e Publicações são designados pelo Diretor do Instituto, dentre os funcionários da Carreira de Diplomata, podendo, entretanto, para a segunda delas, ser designada pessoa de fora daquela Carreira.

A Seção Técnico-Pedagógica é chefiada por um especialista contratado para êsse fim.

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto, após aprovação do Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, porque não há no Instituto cátedras efetivas. Entretanto, é comum a recondução dos professores no ano letivo imediato.

Os Cursos são Permanentes ou Regulares e compreendem três etapas numa seqüência natural à especialização da Carreira:

1.^a) *Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.*

Os vestibulares a êsse curso constituem, hoje, o único roteiro para o ingresso dos concorrentes, no Itamarati.

2.^a) *Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.*

Obrigatório para os diplomatas formados pelo Instituto Rio-Branco. Com a predominância dos Estudos econômicos, êsse curso torna-se condição indispensável para os funcionários da classé inicial serem designados para postos no exterior.

3.^a) *Curso de Altos Estudos (projeto)*

Predominância de estudos políticos. Condição de acesso aos quadros superiores da Carreira.

Além dos *Cursos Permanentes*, o Instituto Rio-Branco pretende estabelecer outros, de natureza monográfica, que poderão ser *Especiais* (para os funcionários do Itamarati não pertencentes à Carreira de Diplomata ou para estudantes de Escolas Superiores) ou de *Extensão* (para funcionários do Itamarati ou outras pessoas). A organização desses cursos será feita em estreita articula-

ção com a Divisão Cultural do Itamarati e, em casos possíveis, com as escolas superiores do Brasil, como: Escola Superior de Guerra, Escola de Sociologia e Política, de São Paulo.

Embora esteja à espera de maior elasticidade de verbas, para concretizar os planos de desenvolvimento, que se encontram já esboçados, o Instituto Rio-Branco mantém, mesmo assim, cursos de extensão de idiomas estrangeiros e taquigrafia, destinados a levantar o nível intelectual e cultural dos funcionários administrativos do Itamarati.

As atividades da Seção de Pesquisas e Publicações, apesar também da exiguidade de verbas com que conta o Instituto, vêm-se desenvolvendo sem interrupções e já têm realizado notáveis trabalhos de pesquisas históricas, especialmente sobre questões de limites, como a publicação de uma obra sobre "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid", de autoria do Professor Jaime Cortezão. Essa obra, cuja publicação ainda não foi terminada, compõe-se de nove volumes, dos quais sete são de documentação e dois de interpretação histórica.

Desde o início da administração do Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva no Instituto foram as seguintes as obras publicadas:

Ensaio de História e Crítica, do Embaixador A. G. DE ARAÚJO JORGE.

Prática Consular, do Cônsul MILTON FARIA.

O Brasil e o mundo ibérico, do Cônsul P. DE SOUZA BRAGA.

Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid — (1750).

Parte I — Tomo I — Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.

Parte II — Tomo II — Documentos biográficos.

Parte III — Tomo I — Antecedentes do Tratado.

Parte III — Tomo II — Antecedentes do Tratado. de autoria do Professor JAIME CORTEZÃO.

Catálogo da Coleção Visconde do Rio-Branco, organizado pelo Professor JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES.

The distribution of Water Power Resources in Brazil with reference to the participation ratio concept, do Professor HILGARD O'REILLY STERNBERG.

Há ainda alguns originais já terminados, à espera de verba para serem impressos. Entre eles figuram: *O Tratado de Santo Ildefonso e a fronteira setentrional do Brasil*, de ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS; *O Tratado de limites de 1777 — Trabalhos demarcatórios do Chui ao Guaporé* de VIRGÍLIO CORREIA FILHO; *A Diplomacia de D. João VI e Caiena*, de CASTILHOS GOYCOCHEA; e o *Atlas de Direito Internacional*, do Cônsul LUIZ DE ALMEIDA NOGUEIRA PORTO.

Está sendo elaborada, pelo Professor JAIME CORTEZÃO, uma obra sobre *História do Brasil nos velhos mapas*, que será acompanhada de um *Atlas histórico do Brasil*. O Ministro JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES JÚNIOR está trabalhando



Flagrante do Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva e Conselheiro Beata Vettori, com alunos do Instituto Rio-Branco, junto da famosa Biblioteca do Itamarati



O Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, em seu gabinete de trabalho, com o Conselheiro Beata Vettori (ao telefone), professora Marina de Barros Vasconcelos, Chefe da Seção Técnico-Pedagógica e Sr. Flávio Garcia de Souza, Chefe da Seção de Pesquisas e Publicações

também, atualmente, num livro de *Prática Diplomática*, cujo original do primeiro volume já se encontra terminado.

Acha-se já em processo de revisão *Rio-Branco e Gastão da Cunha*, de autoria de RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE.

Além dessas atividades diretamente ligadas à edição de obras de interesse histórico, político ou diplomático, a Seção de Pesquisas e Publicações está organizando uma biblioteca especializada, para uso exclusivo dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e mantém assinatura de revistas de Direito, Economia, Geografia e Histórica, cujo conteúdo, por sua atualidade e interesse, oferece real utilidade para consultas.

COMO SE CHEGA A DIPLOMATA NO BRASIL

Atualmente, a carreira diplomática assumiu, no Brasil, uma feição democrática desconhecida em outros tempos. Está permanentemente aberta a todos. Deixou de ser um privilégio de determinadas elites, um monopólio hereditário onde, muitas vezes, o candidato não apresentava outras credenciais além da antiga e parasita tradição familiar. Hoje, apenas duas barreiras se erguem no pórtico da nossa Carreira de Diplomata, vedando

o ingresso de muitos que a ela aspiram: o sexo e a nacionalidade.

Quanto ao sexo, as mulheres foram excluídas da diplomacia brasileira por força do Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946, o qual dispõe sobre o pessoal do Ministério das Relações Exteriores e que, no parágrafo único do artigo 1.º, determina que só poderão entrar em concurso ou na seleção efetuada pelo Instituto Rio-Branco brasileiros natos do sexo masculino.

Das poucas mulheres diplomatas, que estão na carreira, a maioria entrou por concurso de provas e algumas ingressaram por concurso de títulos. E' de crer que as razões que levaram o Governo a tomar a decisão de excluir o sexo feminino da diplomacia não tenham sido fundadas no pouco rendimento do trabalho das mulheres no Itamarati. As que ocupam cargos na carreira tiveram, muitas vezes, funções de responsabilidade e mesmo de direção, de que sempre se desempenharam muito bem. Agora, propõe-se, no Senado, o retorno do sexo frágil à diplomacia.

Entretanto, existe um motivo que estabelece desigualdades entre as mulheres e seus colegas, no setor diplomático: é o casamento.

Quando a mulher vai para o estrangeiro a serviço, não só o espôso, mas também os filhos

terão, forçosamente, que acompanhá-la. O marido deverá permanecer de quatro a seis anos longe da "mãe pátria", na dependência dos vencimentos da esposa e das ajudas de custo para o "diplomata e família", que o Estado concede. E' uma situação

constrangedora e instável para um homem idealista e orgulhoso o estar com a bagagem sempre pronta para percorrer novas terras de seis em seis anos, como se fôsse dama de companhia de irrequieta e pródiga família de recursos. Se êle é um



O Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, junto da tradicional estátua do Barão do Rio-Branco, com alunos do Instituto e os Conselheiros Beata Vettori e Jaime de Barros

homem de negócios ou possui uma profissão liberal, que lhe confere grandes êxitos, então, como tem acontecido, ou a esposa renuncia à carreira ou sobrevém uma inevitável separação conjugal.

Geralmente, porém, a mulher prefere o lar, recusando postos no exterior, o que não convém ao Itamarati, que necessita de autênticos diplomatas. O casamento entre colegas de carreira solucionaria

o problema se fôsse permitido ocuparem os cônjuges cargos no mesmo país. Não o sendo, as mulheres diplomatas, que desposaram colegas, abandonaram a carreira, prontamente.

Quanto à nacionalidade, o mesmo parágrafo acima mencionado refere-se a "brasileiros natos", estando, portanto, definitivamente afastada a possibilidade de qualquer brasileiro naturalizado seguir a carreira diplomática no Brasil.

Excluindo-se êsses dois fatores, não há outras restrições, como privilégios de côr, nascimento ou fortuna.

Para ingressar na nossa diplomacia, o candidato deverá fazer o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no Instituto Rio-Branco. A matrícula, nesse curso, depende de um exame vestibular, que determina os mesmos requisitos exigidos para a inscrição em vestibular de qualquer Universidade.

A fim de oferecer igual oportunidade a todos os brasileiros, será dada ampla divulgação da abertura das inscrições para os vestibulares no "Diário Oficial" e jornais de mais significação na Capital Federal e nos Estados. Geralmente, o prazo das inscrições é de 60 dias.

Os exames vestibulares não têm época fixa para se realizarem, porque dependem do número de vagas e das necessidades de serviço. Mas, habitualmente, se realizam entre os meses de novembro e fevereiro, para que o ano letivo comece em meados de março.

Para inscrever-se no vestibular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, é condição imprescindível que o candidato apresente certificado de licença clássica ou científica, ou de conclusão de Curso Secundário por um dos regimes vigentes a partir da data do Decreto n.º 16.182-A, de 13 de janeiro de 1925 ou, ainda, prova de estar cursando Escola Superior oficial ou oficializada.

A título meramente elucidativo e para esclarecer dúvidas que têm surgido a êsse respeito, os candidatos poderão apresentar, entre outros, certificados de Contadores, de Professôres Normalistas de mais de cinco anos, de Jornalistas licenciados pela Faculdade Nacional de Filosofia ou Bibliotecários, com os diplomas devidamente registrados pelo Ministério da Educação e Saúde.

Só poderão inscrever-se no vestibular candidatos com a idade mínima de vinte e máxima de trinta e cinco anos; se casados, deverão apresentar prova de ser o cônjuge de nacionalidade brasileira.

Os cursos do Instituto, como também os vestibulares, são inteiramente gratuitos.

As unidades da Federação que maior número de candidatos apresentam, anualmente, ao Instituto Rio-Branco, são o Distrito Federal, seguido dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Apesar do interesse demonstrado pelo Itamarati em tornar a carreira diplomática acessível a

todos, as inscrições ao vestibular vêm decrescendo ou têm permanecido relativamente estacionárias de 1946 até o presente. Em 1946, houve 300 candidatos inscritos e, dêles, apenas 27 concluíram o curso. Em 1947, 116 inscreveram-se e diplomaram-se apenas 12 alunos. Em 1948, as inscrições limitaram-se a 119 e 16 candidatos chegaram ao fim do curso. Em 1949 houve 83 candidatos inscritos e formaram-se 13; em 1950, 159 candidatos requereram inscrição e 12 foram matriculados no C.P.C.D. Isso vem demonstrar que, apesar de facultada a todos os brasileiros, é espinhoso abraçar-se a carreira diplomática no Brasil.

EUGENIA E CULTURA A SERVIÇO DA CARREIRA DIPLOMÁTICA

Como o Instituto Rio-Branco visa a seleção e a preparação dos futuros diplomatas, os candidatos ao vestibular são submetidos a rigorosos e eliminatórios testes físicos e psicológicos. São os chamados exames de sanidade e capacidade física, psíquica e moral. Êsses exames, aliados aos de índole cultural, confirmam ser hoje a diplomacia uma carreira onde se revelam os autênticos valores individuais e a temida e inconfundível força de personalidade humana.

Os exames culturais constam, principalmente, de idiomas, exigindo um profundo e familiar conhecimento das línguas portuguesa, francesa e inglesa, como também de suas respectivas literaturas. As provas escritas ou orais de História Mundial Moderna, História do Brasil, Geografia, Elementos de Economia Política, Noções Fundamentais de Direito e Cultura Geral completam a prova de fogo dêsses modernos vestibulares.

Geralmente, o Instituto Rio-Branco determina a gravação dos exames orais, para que haja perfeito contrôle dos seus julgamentos, e possam ser reproduzidos em caso de recursos. O examinando ficará colocado distante da banca examinadora, para expor o ponto que lhe couber por sorteio.

A cultura humanística sempre foi e continuará sendo o cavalo de batalha para os concorrentes. No vestibular realizado em 1950, dos 159 candidatos inscritos, 69 foram reprovados em Cultura Geral, enquanto que apenas 24 não tiveram êxito no exame de sanidade e capacidade física, psíquica e moral. O mesmo não sucede quanto aos idiomas e suas respectivas literaturas. Os que procuram transpor os vestibulares, parecem trazer uma privilegiada tendência poliglota. Em 1950, houve apenas 7 reprovações em Português, 6 em Francês e 9 em Inglês.

Quanto aos testes psicológicos, segundo o Anuário do Instituto Rio-Branco, de 1951, "feitos por entidade especializada, pode-se dizer que visam, principalmente, estudar no candidato duas qualidades essenciais ao bom desempenho das suas funções, isto é, equilíbrio e capacidade de adaptar-se a condições de vida temporárias, em meios e países diversos daquele em que decorreu o período de sua formação e educação. A realização do exa-

me médico-biotipológico tem por objetivo a seleção dos elementos aptos, sob o ponto de vista físico, para a carreira diplomática. Assim, não poderão ingressar na Carreira candidatos que apresentem deformações ou graves insuficiências físicas. Aquilatam-se também, por meio de testes, características de temperamento, equilíbrio nervoso, coeficiente de normalidade de cada candidato, procedendo-se, dêsse modo, a um diagnóstico geral da personalidade. As provas de nível mental visam a selecionar os mais aptos, sob o ponto de vista estritamente intelectual, para as funções diplomáticas.”

Os exames de sanidade e capacidade física, psíquica e moral, de caráter eliminatório, são realizados no Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, os quais compreendem um processo de investigação social.

VIDA UNIVERSITÁRIA

Não existem, para os alunos do Instituto Rio Branco, preocupações de ordem financeira que lhes possam determinar a renúncia da carreira ou dificultar-lhes a frequência às aulas, durante o Curso. O Instituto confere bolsas de estudo aos alunos residentes, não só no interior do país, como também no Distrito Federal.

As condições para a concessão de bolsas são sempre baseadas na real incapacidade do aluno para prover a própria subsistência durante os dois anos de estudo, quer venha dos Estados, quer resida no Distrito Federal. Para isso, antes da concessão da bolsa, procede-se a uma rigorosa sindicância. As bolsas são de Cr\$ 36.000,00 por ano.

Aos alunos repetentes, salvo quando a reprovação se tenha dado por motivo de doença, não serão concedidas bolsas de estudo.

Não existem e nem se cogita de criar cursos por correspondência para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. É obrigatória a frequência às aulas e, como estas são administradas em dois turnos (pela manhã e à tarde) o aluno ficará impossibilitado de exercer qualquer outra atividade fora de seus círculos de estudo.

Não serão admitidos, nos exames finais, os alunos que, por quaisquer razões, não houverem comparecido ao mínimo de noventa por cento das aulas dadas no conjunto das matérias ficando assegurada, entretanto, nova matrícula, uma só vez, aos que, por motivo de saúde devidamente comprovado, só houverem frequentado o mínimo de sessenta por cento.



Flagrante de uma aula de Direito Internacional Público, do Embaixador Hildebrando Acioli, aos alunos do primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata



Uma pose para a Revista: alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em companhia de professores e funcionários do Instituto Rio-Branco

O Instituto não concede exames em segunda época, mas assegura o direito de nova matrícula, uma só vez, em qualquer das séries do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, ao aluno que, tendo alcançado média de conjunto suficiente, não tenha obtido nota final mínima de aprovação em uma ou duas disciplinas.

Não há prêmios para os primeiros colocados das turmas aprovadas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. De acordo com a praxe estabelecida pelo Departamento de Administração, os primeiros colocados das turmas aprovadas naquele Curso são indicados para os programas de estágio de estudos realizados pelas Nações Unidas. Esses programas, que se realizam três vezes por ano, com a duração de dois meses, destinam-se a fornecer os elementos necessários ao conhecimento daquela organização.

A cerimônia de colação de grau se processa de acordo com as praxes universitárias, depois de escolhido o paraninfo e o orador da turma. De costume, o Presidente da República preside à formatura, que se realiza em dia e local por ele determinados.

Pouco depois, são nomeados os novos funcionários, obedecendo-se, para isso, a ordem decrescente da classificação final. A posse marca o início de uma nova etapa, que é o estágio probatório na

Secretaria de Estado. Dessa data em diante, os estagiários não ficarão mais sob a égide do Instituto Rio-Branco, que lhes forneceu as armas para as aguerridas competições do mundo de hoje. Agora, cabe-lhes abrir o próprio caminho.

A AMÉRICA LATINA PROCURA CONHECER O INSTITUTO RIO-BRANCO

O Instituto Rio-Branco teve a mais ampla e favorável repercussão em toda a América Latina. Desde o seu aparecimento, inúmeros jovens sul-americanos vêm, constantemente, solicitando ao Itamarati permissão para ingressar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, mesmo como ouvintes. Entretanto, o Instituto não pôde ainda corresponder a essa prova de confiança e de entusiasmo de nossos vizinhos irmãos. Tratando-se de uma instituição muito nova, e, em muitos aspectos, ainda em organização, não lhe é possível receber alunos de países estrangeiros. O Itamarati só o fará quando o Instituto puder apresentar-lhes instalações mais amplas e adequadas, mais pessoal e maior flexibilidade no emprego de verbas. Então, como está programado, organizar-se-á um curso geral de diplomacia, economia internacional e pan-americanismo, para alunos ouvintes ou "bolsistas" latino-americanos.

Também, está projetado um curso de *Extensão* para diplomatas latino-americanos, com a duração de três meses, para o qual cada Ministério das Relações Exteriores da América Latina poderá indicar de um a três funcionários pertencentes à classe inicial de sua carreira diplomática. As despesas de transporte e manutenção correrão por conta dos respectivos Governos.

Esse Curso compreenderá três séries de estudos :

1.^a) *Posição política do Brasil no Pan-Americanismo.*

2.^a) *Problemas magnos da economia latino-americana.*

3.^a) *Organização do Itamarati e do Instituto Rio-Branco.*

Serão promovidas, como complemento, visitas a repartições públicas, organizações industriais e comerciais, instituições culturais, etc.

Entretanto, mesmo com a exigüidade de verbas e a deficiência das instalações, o Instituto vem

concretizando alguns dos planos que o tornarão um futuro centro de estudos internacionais ou a miniatura de uma universidade diplomática sul-americana.

Anualmente, realizam-se ciclos de conferências, com o fim de ampliar e atualizar o interesse cultural da carreira diplomática. Organizam-se excursões e viagens, para que sejam proporcionados, aos alunos, conhecimentos práticos sobre o Brasil. Pretende-se fundar uma revista dos alunos do Instituto Rio-Branco, cujo corpo de redatores será constituído por alunos e egressos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Supervisionados pela Secretaria do Instituto, os trabalhos versarão sobre política internacional e assuntos econômicos da atualidade, não se admitindo, em nenhuma hipótese, ensaios ou artigos literários.

Dentro desse plano, num futuro próximo o Instituto Rio-Branco tornar-se-á a primeira Universidade Diplomática do continente sul-americano.